

**O LIVRO COMO ARMA POLÍTICA:  
EDITORAS MAOISTAS EM PORTUGAL  
NOS ANOS 1970<sup>1</sup>**

**THE BOOK AS A POLITICAL WEAPON:  
MAOIST PUBLISHING HOUSES IN PORTUGAL  
IN THE 1970S**

*Flamarion Maués*

Instituto Federal de São Paulo (IFSP)

Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

flamaues@gmail.com

ORCID: 0000-0002-8831-0518

**Resumo:** No amplo panorama das editoras políticas em Portugal nos anos 1960-70, destacam-se as editoras de livros ligadas a grupos maoistas (marxistas-leninistas). Desde 1964, com o surgimento do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP) e da Frente de Acção Popular (FAP) como dissidências do Partido Comunista Português (PCP) vinculadas ao maoismo, iniciou-se no país uma proliferação de grupos de esquerda radical. Estes grupos deram grande importância à imprensa e à edição de livros, sendo responsáveis pela criação de dezenas de editoras e periódicos. Este artigo pretende mostrar quais eram estas editoras e a quais grupos se ligavam. Procuramos também analisar o papel do livro como arma no

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de projeto de pós-doutorado financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2013/08668-0). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

combate político, tendo como referência ideias de Jean-Yves Mollier, e mostrar a inserção dessas editoras na edição política (François Valloton e Julien Hage). Buscamos, ainda, analisar a inserção das editoras maoistas num período de enorme agitação política em Portugal, ou seja, imediatamente após o 25 de Abril de 1974, quando esses livros ajudaram a suprir uma grande demanda por informação e formação política. Acredito que os editores políticos atuavam para que tais obras tivessem um papel de intervenção na realidade do país, o que era expresso na fórmula do livro como «arma» política. **Palavras-chave:** Editoras e livros políticos, Maoísmo, edição política, livros no 25 de Abril.

**Abstract:** In the broad panorama of political publishing in Portugal in the 1960s-70s, the book publishers linked to Maoist (Marxist-Leninist) groups stand out. Since 1964, with the emergence of the Portuguese Marxist-Leninist Committee (CMLP) and of the Popular Action Front (FAP) as dissidents of the Portuguese Communist Party (PCP) linked to Maoism, a proliferation of radical left-wing groups has emerged in the country. These groups gave much importance to the press and book publishing, being responsible for the creation of dozens of publishing houses and journals. This article aims to show which were these publishers and to which groups they were linked. We also seek to analyse the role of books as a weapon in political struggle, with reference to the ideas of Jean-Yves Mollier, and to show the insertion of these publishers in political publishing (François Valloton and Julien Hage). Furthermore we seek to analyse the insertion of Maoist publishers in a period of enormous political turmoil in Portugal, that is, immediately after the 25th of April 1974, when these books helped to meet a great demand for information and political education. I believe that the political publishers acted in such a way that these works had an intervening role in the country's reality, which was expressed in the formula of the book as a political «weapon».

**Keywords:** Publishers and political books, Maoism, political editing, books on April 25<sup>th</sup>.

## Introdução

Este artigo tratará da edição política em Portugal no período 1968-80, ou seja, terá como foco as editoras de livros políticos e seus editores desde o período do governo de Marcelo Caetano — sucessor de Salazar —, passando pelo momento fundamental que foi o 25 de Abril de 1974 e chegando até o final da década de 1970. Aqui, farei apenas uma breve menção ao conceito de edição política e centrarei minha atenção na atuação das editoras ligadas aos grupos maoistas em Portugal nesse período e na ideia de livros como armas de combate político.

No período imediatamente anterior ao 25 de Abril, e nos dois anos que se seguiram, as editoras de livros de caráter político tiveram destacada atuação em Portugal, com intensa atividade editorial. Ocorreu um verdadeiro surto de edição de livros políticos, com destaque para obras vinculadas ao pensamento de esquerda — principalmente após o fim da ditadura salazarista —, de dimensões consideráveis se comparado a qualquer outro país, mas especialmente significativo para Portugal, que nesses anos tinha cerca de oito milhões de habitantes, dos quais, pelo menos, um quarto era de pessoas sem alfabetização.<sup>2</sup>

Entre 1968 e 1980 existiram 138 editoras que publicaram livros de caráter político em Portugal, das quais 102 podem ser caracterizadas como editoras políticas.<sup>3</sup> Nesse período foram editados cerca de 4600 títulos políticos. Muitas dessas editoras tinham cunho claramente

---

2 António BARRETO, “Mudança social em Portugal, 1960-2000”, in António Costa PINTO (coord.), *Portugal contemporâneo*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005, pp. 137-162.

3 Isto porque nem todas as editoras que publicaram livros de caráter político eram, necessariamente, editoras políticas. Entre elas havia também algumas editoras que, apesar de terem publicado tais obras, não tinham na política o centro de sua atuação e caracterizavam-se como editoras em que os fins comerciais se sobrepunham aos demais objetivos. Algumas dessas editoras passaram a publicar tais livros em função da boa aceitação que eles começaram a ter na nova conjuntura portuguesa. O estudo completo e detalhado destas editoras está disponível em Flamarion

político-ideológico, em vários casos com vinculações a partidos ou grupos políticos.

A maior parte dessas editoras realizava o que podemos chamar de «edição política», ou seja, um tipo de trabalho editorial que vinculava de modo direto engajamento político e ação editorial, conforme definição de François Valloton e Julien Hage.<sup>4</sup>

Em Portugal, no período aqui enfocado, os vínculos entre engajamento e edição desenvolveram-se em função, principalmente, da oposição ao salazarismo. Também o contexto da guerra colonial e de transformações na esquerda em âmbito internacional, que vinham desde o começo dos anos 1960, foram elementos importantes. Nesse quadro, a possibilidade de associar engajamento político e atuação editorial aparece como uma das opções de ação política para setores ligados aos meios universitários, aos grupos de extrema esquerda que proliferam a partir de meados de 1964, aos emergentes grupos de «católicos progressistas» que passam a questionar de modo cada vez mais direto o projeto colonial português e a outros setores ligados à chamada oposição democrática.

Num país em que o governo ainda cerceava a existência de partidos políticos, sindicatos e associações civis independentes, a edição de livros que promovessem a denúncia da ditadura e o debate sobre temas políticos, apesar da censura e das diversas

---

MAUÉS, *Livros que tomam partido: Edição e revolução em Portugal, 1968-80*. Lisboa, Parsifal/Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo, 2019.

<sup>4</sup> François VALLOTON, “Edition et militantisme: le catalogue de ‘La Cité Editeur’ (1958-1967)”, in Léonard BURNAND, Damien CARRON e Pierre JEANNERET (orgs.), *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*. Lausanne, Éditions d’en bas, 2007; Julien HAGE, “Collections politiques et effets de sens: Littérature et politique dans les nouvelles maisons d’édition politique d’extrême gauche au cours des années 1960 et 1970”: *Cahiers du CRHQ (Centre de Recherche d’Histoire Quantitative)* 2 (2010), pp. 1-20.

formas de coerção e repressão utilizadas pelo Estado, ganhava relevância como forma de intervenção pública na sociedade.<sup>5</sup>

É nesse quadro, a partir de fins da década de 1960, que se inicia um período em que as editoras políticas vão ter uma forte atuação em Portugal, até ao final dos anos 1970. Entre estas editoras, destacam-se editoras de livros ligadas a grupos maoistas, ou, como eram chamados estes grupos em Portugal, M-L (marxistas-leninistas).

Desde 1964, com o surgimento do Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP) e da Frente de Acção Popular (FAP) como dissidências do Partido Comunista Português (PCP) vinculadas ao maoísmo, iniciou-se no país uma proliferação de grupos de esquerda radical, boa parte deles maoistas. Com forte inserção nos meios estudantis, mas também com atuação em setores da emigração portuguesa e em determinados meios operários, estes grupos, de forte caráter sectário, sempre deram grande importância à imprensa e à edição de livros, sendo responsáveis pela criação de dezenas de editoras e periódicos.<sup>6</sup>

---

5 Além das editoras, também as cooperativas culturais e livreiras que surgiram nos anos 1960 representaram uma forma de pôr em prática essa participação.

6 Os trabalhos referenciais sobre o maoísmo em Portugal são: José Manuel Lopes CORDEIRO, [Verbetes] “Extrema-Esquerda”, “Maoísmo”, “Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)”, “Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP)” e “Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) (PCP M-L)”, in António BARRETO e Maria Filomena MÓNICA (coords.), *Dicionário de História de Portugal (Suplementos)*. Porto, Livraria Figueirinhas, vols. 7, 8 e 9, 1999-2000; Miguel CARDINA, *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Tese de Doutoramento. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010; Miguel CARDINA, *A esquerda radical*. Coimbra, Angelus Novus, 2010; José Pacheco PEREIRA, *O um dividiu-se em dois: origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*. Lisboa, Alêtheia Editores, 2008. Ver também: Hélder Manuel Bento CORREIA, *Comitê Marxista-Leninista Português. Breve história de uma organização política (1964-1975)*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portimão, 2000; Página eletrônica Ephemera, Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira, disponível em <<http://ephemerajpp.wordpress.com/indice-geral/editoras-revolucionarias/>>; José Pacheco PEREIRA, *As armas de papel: publicações periódicas*

Este trabalho pretende mostrar quais eram estas editoras e a quais grupos se ligavam, e analisar o papel que desempenharam nos diversos grupos maoistas que surgiram a partir da dissidência político-ideológica sino-soviética pós-1964 em Portugal.

Procuramos também analisar o papel do livro como arma no combate político, seguindo algumas indicações de Jean-Yves Mollier em seu trabalho “Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX”.<sup>7</sup> Desse modo, analisamos a possível influência das editoras maoistas na formação da opinião pública num período de enorme agitação política em Portugal, ou seja, o período pós-25 de Abril, quando esses livros ajudaram a suprimir uma grande demanda por informação e formação política.

Acredito que parte dos editores políticos atuava para que os títulos que publicavam tivessem um papel efetivo na realidade do país, um papel interveniente e mobilizador, o que era expresso na fórmula do livro como «arma» política, como instrumento de luta.

## **As editoras maoistas**

A investigação que deu origem a este trabalho mostrou que as editoras maoistas representavam um quarto das editoras políticas atuantes no país entre 1968 e 1980, totalizando 26 editoras. No entanto, devemos lembrar que muitas das editoras ligadas aos grupos maoistas eram de pequeno porte e publicaram poucos títulos. Boa parte delas teve vida efêmera.

---

*clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa, Temas e Debates, 2013.

<sup>7</sup> Jean-Yves MOLLIER, “Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX”, in Eliana Freitas DUTRA e Jean-Yves MOLLIER (orgs.), *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume Editora, vol. 1, 2006, pp. 259-274.

De acordo com o levantamento que realizei, as editoras maoistas atuantes em Portugal entre 1968 e 1980 eram as seguintes:

### **Quadro sinótico das editoras maoistas em Portugal, 1968-80<sup>8</sup>**

<b>Editora</b>	<b>Início</b>	<b>Sede</b>	<b>Grupo/ partido</b>	<b>Editor/ responsável</b>	<b>Títulos</b>
<b>1</b> A Causa Operária	1975	Lisboa	ORPC(m-l)	Sem informação	<b>11</b>
<b>2</b> A Verdade	1974/75	Lisboa	PCP(ml)- Mendes	Sem informação	<b>5</b>
<b>3</b> AAPA Ass. Amiz. Portugal-Albânia	1976	Lisboa	MRPP	Luís Borges, João Camacho	<b>5</b>
<b>4</b> Bandeira Vermelha /MRPP	1975	Lisboa	MRPP/	Sem informação	<b>8</b>
<b>5</b> Bandeira Vermelha /PCP(R)	1976	Lisboa	PCP(R)	Sem informação	<b>50</b>
<b>6</b> Cultura Proletária	1975	Lisboa	MRPP	Sem informação	<b>9</b>
<b>7</b> Edições do Partido	1970	Sintra	PCP(ml)-Vilar	Maria do Rosário Luís	<b>45</b>
<b>8</b> Edições do Povo	1971	Porto	Não identificado	F. Dinis e A. Pereira	<b>7</b>
<b>9</b> Edições Militão Ribeiro	1975	Sem inf.	PCP(m-l)- Mendes	Sem informação	<b>6</b>
<b>10</b> Estrela Vermelha	1974	Porto	MRPP	António José Fonseca	<b>8</b>
<b>11</b> Germinal	1974	Lisboa	MRPP	José Manuel Ferreira	<b>20</b>
<b>12</b> Maria da Fonte	1973	Lisboa	UDP	Manuel Quirós e M. Isabel Ventura	<b>80</b>
<b>13</b> Movimento Operário	1974	Lisboa	Não identificado	Sem informação	<b>4</b>
<b>14</b> Nova Aurora	1974	Lisboa	MRPP	João Camacho e Sílvio Conde	<b>35</b>
<b>15</b> O Grito do Povo	1973	Lisboa/ Porto	OCMLP	Sem informação	<b>36</b>
<b>16</b> O Proletário Vermelho	1974	Lisboa	CMLdeP	Bento Vintém	<b>20</b>

<sup>8</sup> Sobre as editoras maoistas, agradeço especialmente as informações fornecidas por José Manuel Lopes Cordeiro.

<b>17</b>	Pensamento e Acção	1975	Lisboa	Não identificado	Sem informação	<b>5</b>
<b>18</b>	Povo e Cultura	1971	Baixa da Banheira	UDP	Manuel Miranda	<b>20</b>
<b>19</b>	Revolução Proletária	1975	Lisboa	ORPC(m-l)	“A. J. M. A.”	<b>3</b>
<b>20</b>	Seara Vermelha	1974	Lisboa	PCP(m-l)-Vilar	Sem informação	<b>45</b>
<b>21</b>	Sementes	1974	Porto	MRPP	António José Fonseca	<b>20</b>
<b>22</b>	Spartacus OCMLP	1974	Lisboa	OCMLP	Sem informação	<b>5</b>
<b>23</b>	Textos da Revolução	1974	Porto	Não identificado	Fernando Osório	<b>12</b>
<b>24</b>	Unidade Popular	1974	Lisboa	PCP(m-l)-Mendes	Beatriz Oliveira M.	<b>4</b>
<b>25</b>	Vento de Leste	1974	Lisboa	MRPP	A. Telo, J. Camacho, A. Barros Baptista, J. Pinto e Castro	<b>70</b>
<b>26</b>	Voz do Povo	1974	Lisboa	UDP	Sem informação	<b>5</b>
<b>Total de Títulos</b>						<b>538</b>

### **Siglas**

CMLP – Comité Marxista-Leninista Português

CMLdeP – Comité Marxista-Leninista de Portugal

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa

ORPC (m-l) – Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista)

PCP (m-l) – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)

PCP (R) – Partido Comunista Português (Reconstruído)

UDP – União Democrática Popular

Individualmente, o grupo que mais criou editoras foi o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), com oito editoras, seguido da União Democrática Popular (UDP) e do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)-Mendes, com três editoras cada um.



O MRPP foi criado em setembro de 1970 e se caracterizava por um forte ativismo político de extrema-esquerda e por uma militância muito jovem. Em muitos momentos de sua atuação parecia que o grupo considerava que o principal inimigo a ser vencido era o Partido Comunista Português, tal o grau de radicalismo do MRPP. Daí surgirem, após o 25 de Abril, convergências políticas do grupo com o Partido Socialista e até com o Partido Popular Democrático, de centro-direita.<sup>9</sup> No final de dezembro de 1976 o MRPP adotou o nome de Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP). O partido existe até os dias de hoje. As editoras ligadas ao grupo eram: Vento de Leste, Nova Aurora, Sementes, Estrela Vermelha, Germinal, Bandeira Vermelha (PCTP/MRPP), Cultura Proletária e Edições da Associação de Amizade Portugal-Albânia.

Já a UDP era um partido político criado para participar das eleições constituintes de abril de 1975, fruto da união de três grupos marxistas-leninistas: CARP(m-l) — Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (marxista-leninista), CCR(m-l) — Comités Comunistas Revolucionários (marxistas-leninistas) e URML (Unidade Revolucionária Marxista-Leninista). Em maio de 1975, estes três grupos se fundiram e deram origem à Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista)/ORPC(m-l). A partir de fins de 1975, com a criação do PCP(R), a UDP torna-se a organização frentista desse partido.<sup>10</sup>

---

9 Sobre o MRPP ver: José Manuel Lopes CORDEIRO, “Glossário dos anos do PREC... e de alguns mais”, in José FREITAS (coord.), *A guerra dos cartazes*. Guimarães, Lembrabril, 2009, pp. 105-133; J. M. L. CORDEIRO, [Verbetes] “MRPP”, op. cit., pp. 559-560; M. CARDINA, *Margem de certa maneira...*, op. cit.; M. CARDINA, *A esquerda radical*, op. cit.; Página eletrônica Ephemera, Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira, disponível em <<http://ephemerajpp.wordpress.com/indice-geral/editoras-revolucionarias/>>.

10 CORDEIRO, “Glossário dos anos do PREC...”, op. cit, pp. 131 e 121.

As editoras ligadas à UDP eram: Edições Maria da Fonte, Edições Voz do Povo e Edições Povo e Cultura.

O PCP(m-l)-Mendes é fruto de uma dissidência no PCP (m-l), criado clandestinamente em 1970 a partir do CMLP. Em março/abril de 1974 houve uma cisão no PCP(m-l), em virtude de divergências políticas que vinham desde 1972.<sup>11</sup> Passam, então, a existir dois PCP(m-l), um liderado por «Vilar» (Heduíno Gomes), e outro por «Mendes» (Carlos Janeiro). Durante cerca de um ano manteve-se essa singular situação, com os dois grupos usando a mesma denominação de PCP(m-l) e editando jornais e boletins também homônimos. As editoras ligadas ao PCP(m-l)-Mendes eram: Edições Unidade Popular, Edições Militão Ribeiro e Edições A Verdade.

Vale destacar também as duas editoras ligadas ao PCP(m-l)-Vilar — Edições do Partido e Seara Vermelha —, pois foram editoras com um número importante de títulos publicados (45 cada uma), representando mais de 16% dos títulos lançados pelas editoras maoistas.

O quadro abaixo mostra as relações entre as editoras maoistas e os grupos políticos maoistas:

---

11 CORDEIRO, “Glossário dos anos do PREC...”, op. cit, pp. 121-122.

## Editoras maoistas e os grupos aos quais eram ligadas, 1968-1980

Partido/Grupo	Editoras	%
PCP(m-l)-Vilar/CMLP	2	7,7
PCP(m-l)-Mendes	3	11,5
OCMLP	2	7,7
CMLdeP	1	3,9
UDP	3	11,4
ORPC(m-l)	2	7,7
PCP(R)/PC(R)	1	3,9
MRPP	8	30,8
Não identificado	4	15,4
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Os títulos publicados por essas editoras — que totalizaram mais de 530 neste período — se enquadram na linha política e ideológica dos grupos marxistas-leninistas (m-l)/maoistas, de defesa do que chamavam de democracia popular, da ditadura do proletariado, de crítica à União Soviética («revisionista», «social-fascista», «social-imperialista») e ao seu principal representante português, o PCP. A atuação dessas editoras era sempre estreitamente vinculada aos grupos aos quais estavam ligadas, e os livros editados visavam ser instrumentos de combate político direto e de formação de sua militância. Assim, são editoras em que o fator político é primordial e se sobrepõe aos demais, o que as caracteriza como editoras políticas militantes.

Nelas predominava de modo absoluto a publicação de obras teóricas e históricas sobre o comunismo e o socialismo, e os princípios filosóficos, políticos e ideológicos dessas correntes de pensamento, por meio principalmente de livros dos autores mais

representativos dessas linhas de pensamento, como Marx, Engels, Lenin, Stalin, Mao Tsé-tung, Enver Hoxha e alguns outros autores.

### **Características das editoras maoistas**

O grande número de editoras ligadas aos grupos maoistas reforça a ideia de que a esquerda privilegia os livros e a imprensa como instrumentos fundamentais da sua atuação política, o que se confirma quando constatamos que também o PCP sempre deu importância ao trabalho editorial, seja por meio da edição de livros, seja por meio de jornais e periódicos. Parece real a observação sobre a importância da leitura para os militantes de esquerda, particularmente os comunistas: «[...] quaisquer que sejam suas origens e suas escolhas, o comunista tem sempre um livro à mão».<sup>12</sup>

Verificamos, a partir do levantamento mais amplo que realizamos sobre as editoras políticas em Portugal, que os setores ligados ao pensamento de esquerda davam, no período em foco, maior importância à área cultural, à divulgação e ao debate público de suas ideias, se comparados aos setores de centro e de direita. Além disso, após o 25 de Abril, os grupos de esquerda demonstraram maior capacidade de ação diante do novo quadro político.

Vitoriosa em 1974, a esquerda queria mostrar-se e expor suas propostas — após mais de quatro décadas de clandestinidade —, enquanto a direita recolhia-se,<sup>13</sup> temerosa pelo que poderia acontecer.

---

12 Marisa Midori DEAECTO, “A batalha do livro”, in Marisa Midori DEAECTO e Jean-Yves MOLLIER (orgs.), *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte/São Paulo, Editora UFMG/Ateliê Editorial, 2013, p. 15.

13 «Após o 25 de Abril e até o final dos anos 1970 foram criadas 68 editoras que publicaram livros políticos, 49 das quais podemos caracterizar como *editoras da revolução*, por terem como fator principal de seu surgimento e de sua atuação o processo revolucionário iniciado em 1974. Destas [49 editoras], apenas três não eram de esquerda». Nesse mesmo período, surgiram apenas nove editoras ligadas às ideias de direita. Cf. F. MAUÉS, op. cit., pp. 72-73.

A discussão dos temas da conjuntura política foi uma das características marcantes da edição política a partir do 25 de Abril. Promover o amplo debate sobre as questões que mais afligiam a sociedade, intervir na realidade e influenciar os rumos do país eram metas de muitos editores.

Por isso, não deixa de ser surpreendente que, quando analisamos os livros publicados pelas editoras ligadas a grupos de extrema esquerda, em particular as maoistas, verificamos que editaram pouquíssimos títulos de autores portugueses. Como exemplo disso, menciono o caso da editora Vento de Leste, do MRPP, que teve forte atuação a partir do segundo semestre de 1974 até 1977. Nesse período editou cerca de 70 títulos, sendo a segunda em número de títulos publicados entre as editoras que fazem parte deste estudo. Com exceção de dois títulos, todos os demais livros editados pela Vento de Leste eram de autores estrangeiros, incluindo alguns clássicos do pensamento socialista e muitas obras oriundas dos partidos «irmãos» da China e da Albânia.

Parece que nestes casos, alguns desses grupos julgavam que as obras clássicas ou programáticas que editavam supririam as necessidades de informação e formação política que seus simpatizantes e militantes buscavam nos livros —, sendo os temas diretamente relacionados ao dia a dia do país supridos por seus jornais, já que todos estes grupos possuíam veículos periódicos, além de editoras de livros. Deve-se destacar que muitos dos livros editados pelas editoras maoistas traziam textos introdutórios (prefácios e notas dos editores, por exemplo) de responsabilidade da editora, que buscavam contextualizar a obra editada e procuravam situá-la no quadro político e nas disputas que se davam na sociedade portuguesa.

Assim, algumas dessas editoras inseriam nos livros dos autores estrangeiros textos de autores portugueses de claro viés prescritivo, explicando como se devia ler aquela obra e como relacioná-la à

realidade portuguesa que se vivia então. Era um modo de reafirmar e explicitar o seu posicionamento político. Estas editoras, por tais características, eram em geral fortemente panfletárias, emprestando aos livros que publicavam um aspecto instrumental muito saliente.

Outro aspecto que marca estas editoras maoistas — e que relaciona-se com pontos antes indicados — é a valorização de algumas características gráficas em suas edições. Uma delas é a valorização do livro de bolso, ou melhor, do livro em pequeno formato e de baixo preço de venda ao público. Isso parece ligar-se à ideia de que estes livros pudessem circular de forma ampla e entre um público com poucos recursos financeiros. O seu preço não deveria se colocar como um obstáculo para que mesmo pessoas com menos recursos pudessem ter acesso às obras. Além disso, tais edições visavam ser facilmente transportadas por seu usuário, podendo estar sempre à mão para consulta.

Mais um ponto a destacar é a parte artística de muitas das obras lançadas pelas editoras maoistas, em particular as capas das edições. Era comum o uso de uma estética «chinesa», algo como um «realismo socialista chinês», que reproduzia características de obras produzidas na China comunista — obras de arte, pinturas, painéis, murais, etc. Em alguns casos, reproduziam-se mesmo imagens chinesas, com pessoas com traços orientais ilustrando as capas de alguns livros. Em menor escala, o mesmo fenômeno existiu em relação à influência estética albanesa nessas editoras.

Nesse sentido, saliento a importância de valorizar o livro, enquanto materialidade, suporte físico e objeto final em que se materializa o trabalho editorial, destacando não apenas seu conteúdo escrito, visual e tipográfico, mas também sua dimensão como documento físico, com suas informações materiais, editoriais e paratextuais. Na verdade, trata-se de analisar como conteúdo e como informação esta materialidade, verificando o que ela pode revelar de informações sobre o trabalho criativo envolvido no processo

editorial que levou ao surgimento daquele volume, acrescentando, dessa forma, novos elementos ao livro, que vão além do conteúdo autoral e textual normalmente analisados.<sup>14</sup>

## A edição política

Jean-Yves Mollier, ao analisar o papel do impresso como arma no combate político na França, em um amplo período que vai do século XV ao século XX,<sup>15</sup> aponta para algumas questões que nos podem ser úteis para o estudo da edição e do livro político.

O autor sugere que o impresso é uma das bases para a formação de uma opinião pública,<sup>16</sup> com especial força nos períodos de agitação política. E indica que é quando as lutas políticas se acentuam — e o impresso político ocupa um lugar estratégico nestas lutas, contribuindo fortemente «para fazer a política descer às ruas» — que aumenta o vigor do sistema editorial, «peça essencial na produção e difusão da literatura política». E «a multiplicação desses escritos sediciosos são o signo que pressagia uma mudança importante». No caso da França pré-revolucionária, afirma ele,

---

14 Desse modo, seguimos as ideias de D. F. McKenzie sobre «a dimensão material do livro como variável necessária à restituição dos sentidos investidos num texto». O que significa que «a encadernação e o aspecto gráfico do livro, o formato da página impressa e as suas divisões internas, ou a articulação entre texto e paratexto — índices, ilustrações, notas, tabelas — são instâncias atuantes nos significados interpretáveis, interferindo na leitura do objeto impresso». Roger Chartier ressalta, neste sentido, que «Uma realidade textual não deve ser entendida unicamente em sua dimensão literária, pois também arraiga-se profundamente em sua realidade material, que é a forma do livro em que se abarcava o texto». D. F. MCKENZIE, *Bibliography and the Sociology of Texts*. London, The British Library, 1986; Nuno MEDEIROS, «Objecto dúctil: a emergência de uma sociologia histórica da edição»: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP* 22.2 (2010), p. 248; Roger CHARTIER, *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre, Artmed, 2001, p. 43.

15 J.-Y. MOLLIER, op. cit.

16 No que converge com Jürgen Habermas na ideia geral de que o impresso desempenhou um papel determinante na constituição de um espaço público a partir das discussões e tertúlias que, essencialmente no século XIX, começaram a surgir em espaços como os cafés, nos quais se foi engendrando a noção que mais tarde se veio a designar de opinião pública. Ver Jürgen HABERMAS, *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

o impresso «teve um papel excepcional para solapar as bases do regime».<sup>17</sup>

Evidentemente, ao tratar do impresso, Mollier abarca um universo bem mais amplo do que o do livro, pois inclui também a imprensa, o panfleto, o folheto, os cartazes, etc. Mas podemos transpor e adaptar algumas de suas sugestões para o período do nosso estudo e para o campo mais restrito da edição de livros políticos. Particularmente interessante me parece a ideia de que os momentos de maior agitação e lutas políticas propiciam condições para o fortalecimento do sistema editorial e, podemos inferir, dentro dele dos setores que buscam dar à edição um sentido de intervenção política. Desse modo, a edição política liga-se estreitamente às lutas políticas que se travam na sociedade em que ela se insere.

Outra referência importante para meu estudo, no que diz respeito à conceituação do que é a edição política e das características de uma editora política, é a investigação de Julien Hage sobre três editoras políticas que ele classifica como de extrema esquerda, surgidas entre 1955 e 1964: a Feltrinelli, na Itália; a Maspero, na França; e a Wagenbach, na Alemanha.<sup>18</sup> Tais editoras são de certa forma continuadoras de um tipo de editora política cujo «modelo e paradigma»<sup>19</sup> seria a francesa Les éditions de Minuit, criada clandestinamente na França ocupada em 1942.<sup>20</sup>

Para Hage, as editoras sobre as quais se debruçou constituíram uma «tribuna das vanguardas intelectuais e estéticas de seu tempo». E mesmo sujeitas a censura, «repercutiram a emergência de uma

---

17 J.-Y. MOLLIER, op. cit.

18 Julien HAGE, *Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: une nouvelle génération d'éditeurs politiques d'extrême gauche en Europe Occidentale 1955-1982*. Tese de Doutorado. Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines Batiment D'Alembert, 2010.

19 J. HAGE, "Collections politiques et effets de sens...", op. cit.

20 Anne SIMONIN, *Les éditions de Minuit, 1942-1955. Le devoir d'insoumission*. Paris, I.M.E.C. Éditions, 1994.



nova esquerda nutrida pelo anti-imperialismo e à margem dos partidos comunistas e social-democratas» e foram «as precursoras do desenvolvimento do livro político» na Europa ocidental.<sup>21</sup>

Elas utilizaram o livro para «difundir uma mensagem política à luz do terceiro-mundismo e do renovado movimento operário, e para promover o casamento entre edição e política de uma maneira criativa e militante».<sup>22</sup>

São editoras «engajadas politicamente, e nas quais esta orientação constitui a sua razão de ser e estrutura o seu catálogo».<sup>23</sup> Por isso, em alguns casos, a literatura «ficou em segundo plano em benefício de uma produção mais diretamente política e pragmática, imediatamente relacionada com a atualidade».<sup>24</sup> As editoras maoistas, ao meu ver, se enquadram nesse perfil.

Hage conclui que estas editoras «contribuíram para a renovação da oferta editorial, para a promoção do documento político e dos textos teóricos, para novas formas de paraliteratura, e de ciências sociais e militantes», em um contexto «de um compromisso resolutivo na promoção do livro a custo acessível».<sup>25</sup>

Ao analisar de forma mais ampla a edição política, Hage destaca a forte determinação simbólica e política das obras publicadas pelas editoras políticas como uma das bases de identidade destas editoras, «forjadas tanto por suas estratégias editoriais como por seus engajamentos militantes».<sup>26</sup> E afirma que a valorização dos elementos paratextuais é uma das suas características principais, particularmente por meio de recursos como os prefácios e o

---

21 J. HAGE, *Feltrinelli, Maspero, Wagenbach...*, op. cit.

22 J. HAGE, “François Maspero, éditeur partisan”: *Contretemps* 15 (2006), p. 104. Disponível em <<http://www.contretemps.eu/sites/default/files/Contretemps%2015.pdf>>. (Consultado em 24.10.2012).

23 J. HAGE, “François Maspero, éditeur partisan”, op. cit., p. 104.

24 J. HAGE, “Collections politiques...”, op. cit.

25 Ibidem.

26 Ibidem.

aparelho crítico (notas explicativas, por exemplo): «A multiplicação e enriquecimento destes paratextos [...] sublinham uma politização crescente da oferta editorial, assim como um alargamento dos públicos visados, que resultam em uma complexificação das estratégias editoriais».27

Outra experiência editorial importante em meu quadro de referências, por suas características particulares, é a da La Cité Éditeur — editora militante suíça criada por Nils Andersson em 1958. François Valloton relaciona o surgimento da La Cité à emergência de «uma nova geração de editores europeus que, no contexto da descolonização e das transformações na extrema esquerda internacional, vão *associar de modo estreito engajamento político e editorial*».28 Entre estes editores estariam, além de Andersson, François Maspero e Jérôme Lindon (Éditions du Minuit) na França, Giangiacomo Feltrinelli na Itália, e, alguns anos depois, Klaus Wagenbach na Alemanha. Eles levaram adiante «o mesmo combate pela liberdade de expressão contra a razão de Estado, um interesse pelo terceiro-mundismo e pelos debates que agitavam a ‘nova esquerda’ nestes anos».29

A partir dessa amálgama de sugestões, como podemos definir a edição política? A «edição política» pode ser definida como aquela que vincula de modo direto engajamento político e ação editorial, o que significa dizer que é a edição feita com intenção política de intervenção social, ou seja, que parte de um projeto editorial e/ou empresarial de fundo político, cujo objetivo é promover a divulgação e o debate de determinadas ideias políticas publicamente na sociedade, posicionando-se em defesa dessas ideias. Assim, a «editora política» caracteriza-se pelo engajamento político, que estrutura o seu catálogo.

---

27 Ibidem.

28 F. VALLOTON, “Edition et militantisme...”, op. cit., p. 20. [Grifos meus].

29 Ibidem.

A casa editorial que realiza a edição política poderá, em certos casos, manter vínculos orgânicos com instituições políticas, como por exemplo partidos e associações cívicas. Mas poderá também ser iniciativa de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, que a título pessoal (ou do grupo) empenha-se no ramo editorial e busca que esta atividade reflita, em alguma medida, a sua forma de ver e interpretar o mundo. Em ambos os casos o engajamento se dá pela defesa de certos princípios, ideias e causas, e se materializa nos livros editados, como resultado da íntima ligação entre edição e engajamento.

Principalmente nas editoras políticas que tinham vínculos com grupos ou partidos, era marcante a militância de editores, autores e colaboradores em torno das ideias que as animavam. Por isso, estas editoras podem também ser caracterizadas como «editoras políticas militantes».

## **O livro como arma política**

Não era incomum, nos livros publicados pelas editoras maoistas, a inserção de textos introdutórios que contextualizavam o modo como aquela obra se inseria no momento político então vivido e as orientações e lições que ela poderia trazer para a atuação política concreta. Alguns desses textos introdutórios mencionavam explicitamente o desejo de que o livro fosse «uma arma nas mãos de todos os camaradas», como ocorre na «Introdução» do livro *Dez questões sobre a China*, da Editora Vento de Leste,<sup>30</sup> do MRPP.

A ideia do livro como arma política também aparece numa matéria do jornal *Unidade Popular*, do PCP(m-l)/Vilar, sobre o livro *Proclamação-Programa dos comunistas (Bolcheviques) revolucionários soviéticos*, publicado pelas Edições Seara Vermelha, editora ligada ao grupo. No texto, a obra foi assim recomendada:

---

30 “Introdução”, in *Dez questões sobre a China*. Lisboa, Vento de Leste, 1975.

«Este livro deve ser lido por todos os comunistas e divulgado no seio da classe operária pois ele é [...] uma arma acerada contra os revisionistas de [Álvaro] Cunhal [...]». <sup>31</sup> Parece claro que a editora ambicionava que suas obras fossem úteis para os embates políticos do momento.

Também as Edições O Grito do Povo, ligadas à Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), via os livros que publicava como veículos de divulgação de um tipo de conhecimento que poderia ser uma arma na luta dos trabalhadores. É o que fica claro em um anúncio, feito em 1974, da coleção Textos Marxistas, a principal coleção da editora, no qual há uma declaração de princípios e de intenções dos editores em relação aos livros que publicam:

A classe operária tem hoje uma arma poderosa para combater a burguesia: as experiências de luta de milhões de trabalhadores teorizadas pelos mais destacados dirigentes do proletariado — Marx, Engels, Lenine, Estaline e Mao-Tsetung. O marxismo-leninismo é uma ciência que explica as leis de funcionamento da sociedade, e pela qual nos devemos guiar para lutar vitoriosamente contra o capitalismo. TEXTOS MARXISTAS são pequenas brochuras que abordam os problemas que neste momento são mais importantes para a luta dos trabalhadores. UM TRABALHADOR ARMADO DO CONHECIMENTO DO MARXISMO-LENINISMO É MAIS SÁBIO QUE UMA CARRADA DE DOUTORES. <sup>32</sup>

A «Introdução» de uma obra editada em maio de 1975, da coleção Textos de Sindicalismo Revolucionário, também das

---

<sup>31</sup> “Biblioteca marxista”: *Unidade Popular*. Lisboa, n.º 30, outubro, 1974, p. 5.

<sup>32</sup> Texto de anúncio da coleção Textos Marxistas publicado na revista *Spartacus* — *Revista dos Trabalhadores Portugueses* 1.2 (1974), p. 29. Grifos do original. O mesmo texto foi publicado em anúncios da coleção em outras edições da mesma revista.

Edições O Grito do Povo, reforça a ideia de que os livros eram vistos como instrumentos diretamente voltados para a luta concreta a ser travada: «Esta pequena brochura é primeiro que tudo um manual de combate para os trabalhadores que nos seus locais de trabalho se lançam na luta contra a burguesia»<sup>33</sup>.

De acordo com esta visão, os livros políticos deveriam ser uma espécie de guia orientador para os militantes e simpatizantes do partido, como fica expresso no texto de apresentação do livro *A questão do poder na luta antifascista de libertação nacional do povo albanês*, publicado em 1975 pela Editora A Causa Operária, ligada à ORPC(m-l): «[...] os marxistas-leninistas, os operários e demais trabalhadores de vanguarda, todos os simpatizantes do comunismo, devem estudar os textos que agora começamos a editar, discutindo-os com os seus camaradas e extraindo deles as lições que permitam fortalecer as nossas fileiras [...]».<sup>34</sup>

Tal concepção não era exclusiva das editoras maoistas. Aparece também em outras editoras de esquerda, como é o caso da Prelo, ligada ao PCP. Na apresentação do quarto volume do *Pequeno Dicionário de Economia* (março, 1976, coordenado por Sérgio Ribeiro), há uma breve mas direta definição das intenções que parecem ter norteado a atuação da Prelo na edição política: que seus livros fossem «como um instrumento de trabalho, como arma para uma luta» na «procura de intervir, de ser instrumento útil e arma oportuna»<sup>35</sup> para a transformação social e política.

Principalmente após o 25 de Abril, houve uma intensa partidarização da edição política, pois foram muitos os partidos

---

33 “Introdução”, in *A tática de greve na época actual (Resolução da Conferência de Strasburgo da Internacional Sindical Vermelha - 1929)*. Porto, O Grito do Povo, 1975, p. 2.

34 Texto do editor publicado nas pp. 7-8 de: Luan OMARI, *A questão do poder na luta antifascista de libertação nacional do povo albanês* [Relatório]. Lisboa, A Causa Operária, 1975.

35 RIBEIRO, Sergio (coord.). *Pequeno Dicionário de Economia*. Vol. IV. Lisboa, Prelo, 1976, p. 7.

que surgiram então — ou que passaram a atuar legalmente — e que criaram suas próprias editoras (ou que viram militantes seus criarem editoras que atuavam em consonância com o partido). Concretamente, esta partidarização significou a sectarização de boa parte das editoras ligadas a grupos políticos que tinham esta característica — em particular alguns da extrema esquerda, com destaque para as editoras maoistas.

Assim, se por um lado esse surto editorial político em que se inseriam as editoras maoistas proporcionou um grande debate e a ampliação das perspectivas políticas em discussão, por outro foi marcado por forte sectarismo, levando, muitas vezes, ao empobrecimento dos debates possíveis, limitados que eram pelas posturas pouco afeitas ao diálogo de alguns desses grupos e partidos. Isso se refletia na produção de suas editoras, que parecem, em grande medida, voltadas apenas para os seus próprios militantes, além de extremamente panfletárias, em certos casos.

Mas talvez devesse ser assim mesmo, ou seja, essa era a marca de alguns desses grupos, era a marca de um certo tipo de esquerda da época. E assim como boa parte dessa esquerda que não se reciclou e não ampliou as suas perspectivas perdeu significância política a partir dos anos 1980, as editoras a elas vinculadas também deixaram de existir. Mas ressalte-se que o sectarismo não era exclusividade da esquerda ou da extrema esquerda. A direita e a extrema direita não ficavam atrás.

Num balanço mais amplo, é inegável que o período analisado marca uma grande ampliação nas possibilidades editoriais em Portugal — e não apenas na área política. E as editoras maoistas foram parte desse movimento editorial que levou à abertura de novos horizontes políticos e ideológicos. A ampliação da oferta de obras políticas e culturais, com mercado teor contestador, que já se fazia sentir antes do 25 de Abril, acentuou-se fortemente com

o fim da ditadura e abriu o país a virtualmente todas as correntes de pensamento e campos de ação cultural, inclusive àqueles nem sempre muito bem aceitos por certos setores, como foi o caso das publicações eróticas ou pornográficas.

Enfim, Portugal sai de uma ditadura para uma democracia plena, no campo editorial ao menos. Haverá ainda casos de censura, mesmo depois do 25 de Abril, mas tais eventos não serão suficientes para que se questione de modo conclusivo a liberdade de expressão como um direito básico da sociedade portuguesa pós-25 de Abril.

## **Conclusões**

Acredito que o breve quadro aqui traçado sobre a atuação das editoras maoistas nos anos 1970 em Portugal permite corroborar, em grande medida, as assertivas de Jean-Yves Mollier sobre o papel do impresso como arma no combate político, sua influência na formação de uma opinião pública em períodos de agitação política, potencializando mudanças sociais importantes. Em Portugal, parece se aplicar a sua ideia de que o impresso político — com destaque para o livro político — foi um dos fatores que colaboraram, após o 25 de Abril, «para fazer a política descer às ruas», suprimindo uma enorme demanda por informação e formação política.

No caso das considerações de Julien Hage sobre editoras de extrema esquerda, algumas podem ser verificadas no grupo mais restrito das editoras maoistas aqui abordadas, como, por exemplo, a prevalência de uma produção mais diretamente política e pragmática em detrimento da literatura, a sua ligação a setores de esquerda que buscavam se diferenciar, ou mesmo se opor, aos partidos comunistas e social-democratas tradicionais, e a valorização de elementos paratextuais, como os prefácios e notas explicativas.

Hage faz ainda uma observação que pode se aplicar a muitas das editoras maoistas e de extrema-esquerda em Portugal nos anos 1970. Ele afirma que editoras vinculadas a partidos muitas vezes carecem de autonomia, e que, portanto, «Algumas casas editoras, dedicadas unicamente à formação de militantes e à *agitprop*, se reduzem assim a correias de transmissão da direção de seu partido. Simples ‘birôs de edição’, dirigidos por pessoal permanente, eles não precisam de editores propriamente ditos, como as editoras comunistas do entreguerras [na Europa] (Bouju, 2010) ou os seus herdeiros maoistas de 1968».<sup>36</sup>

No que diz respeito especificamente às editoras maoistas portuguesas aqui abordadas, esta observação é em grande medida correta, ou seja, em parte delas, de fato, a direção foi delegada a militantes da agremiação. Mas houve também casos em que pessoas que já eram ligadas ao setor editorial — e que eram também militantes daquele grupo — assumiram as responsabilidades pela edição de livros do seu grupo político. Este é o caso, por exemplo, de João Camacho e Manuel Quirós. O primeiro, militante do MRPP, trabalhava no meio editorial e livreiro desde finais dos anos 1960, e foi responsável por algumas das editoras do grupo, em particular pela Nova Aurora. Quirós, um dos criadores das Edições Maria da Fonte (ligada à UDP), também já atuava no setor editorial e livreiro desde os anos 1960.

Em relação a parte das editoras maoistas portuguesas, certamente se aplica também uma das características que François Valloton apontou na editora suíça La Cité, a saber, a ausência de um projeto editorial a longo prazo. O criador da La Cité, Nils Andersson, assim caracterizou a sua editora: «La Cité era um instrumento, não uma

---

<sup>36</sup> Julien HAGE, “La génération des éditeurs protagonistes de la décolonisation : radicalités, richesses et rigueurs de l’engagement editorial”: *Bibliodiversity: l’édition dans la mondialisation* 4 (2016), p. 13.



empresa a ser sustentada». <sup>37</sup> Essa sem dúvida é uma característica que pode ser encontrada na maior parte — senão na totalidade — das editoras maoistas lusas.

Como conclui Valloton, esta escolha certamente limitou a envergadura da editora, mas foi fundamental para «a grande coerência de um catálogo ao serviço de ideias e não do lucro». <sup>38</sup> Tais conclusões podem ser aplicadas a muitas das editoras militantes portuguesas, especialmente às editoras maoistas.

Para a maior parte das editoras maoistas portuguesas do período, parece ser válida a afirmação de Hage de que uma das bases de identidade destas editoras decorria da estreita relação entre suas estratégias editoriais e seus engajamentos militantes. <sup>39</sup> Ou, como diria o editor italiano Giangiacomo Feltrinelli, em carta de 1957: «[...] para nós, opiniões políticas e ação editorial são inseparáveis». <sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> F. VALLOTON, op. cit., p. 21.

<sup>38</sup> Ibidem, pp. 21-22.

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> Carlo FELTRINELLI, *Feltrinelli — editor, aristocrata e subversivo*. São Paulo, Conrad, 2006, p. 120.

## Referências bibliográficas

- BARRETO, António, “Mudança social em Portugal, 1960-2000”, in António Costa PINTO (coord.), *Portugal contemporâneo*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005, pp.137-162.
- “Biblioteca marxista”. *Unidade Popular*, Lisboa, n.º 30, outubro, 1974.
- CARDINA, Miguel, *A esquerda radical*. Coimbra, Angelus Novus, 2010.
- , *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal (1964-1974)*. Tese de Doutoramento. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.<sup>41</sup>
- CHARTIER, Roger, *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre, Artmed, 2001.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Glossário dos anos do PREC... e de alguns mais”, in José FREITAS (coord.), *A guerra dos cartazes*. Guimarães, Lembrabril, 2009, pp. 105-133.
- , “Extrema-Esquerda”, “Maoísmo”, “Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)”, “Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP)” e “Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) (PCP M-L)” [Verbetes], in António BARRETO e Maria Filomena MÓNICA (coords.), *Dicionário de História de Portugal (Suplementos)*. Porto, Livraria Figueirinhas, vols. 7, 8 e 9, 1999-2000.
- CORREIA, Hélder Manuel Bento, *Comité Marxista-Leninista Português. Breve história de uma organização política (1964-1975)*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portimão, 2000.
- DEAECTO, Marisa Midori, “A batalha do livro”, in Marisa Midori DEAECTO e Jean-Yves MOLLIER (orgs.), *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte/São Paulo, Editora UFMG/Ateliê Editorial, 2013.
- Ephemera, Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira, disponível em <<http://ephemerajpp.wordpress.com/indice-geral/editoras-revolucionarias/>>.
- FELTRINELLI, Carlo, *Feltrinelli — editor, aristocrata e subversivo*. São Paulo, Conrad, 2006.
- HABERMAS, Jürgen, *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HAGE, Julien, “Collections politiques et effets de sens: Littérature et politique dans les nouvelles maisons d’édition politique d’extrême gauche au cours des années 1960 et 1970”: *Cahiers du CRHQ* (Centre de Recherche d’Histoire Quantitative) 2 (2010), pp. 1-20.
- , *Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: une nouvelle génération d’éditeurs politiques d’extrême gauche en Europe Occidentale 1955-1982*. Tese de Doutoramento. Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines Batiment D’Alembert, 2010.
- , “François Maspero, éditeur partisan”: *Contretemps* 15 (2006), p. 104. Disponível em <<http://www.contretemps.eu/sites/default/files/Contretemps%2015.pdf>>. (Acesso Consultado em 24/10/2012).
- , “La génération des éditeurs protagonistes de la décolonisation: radicalités, richesses et rigueurs de l’engagement éditorial”: *Bibliodiversity: l’édition dans*

---

41 Editado para livro em 2011, com o mesmo título, pela editora Tinta da China.

- la mondialisation* 4 (2016). Paris/ Joinville-le-Pont, Alliance internationale des éditeurs indépendants/ Double Ponctuation.
- “Introdução”, in *A tática de greve na época actual (Resolução da Conferência de Strasburgo da Internacional Sindical Vermelha – 1929)*. Porto, O Grito do Povo, 1975.
- “Introdução”, in *Dez questões sobre a China*. Lisboa, Vento de Leste, 1975.
- MAUÉS, Flamarion, *Livros que tomam partido: edição e revolução em Portugal, 1968-80*. Lisboa, Parsifal/Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo, 2019.
- MCKENZIE, D. F., *Bibliography and the Sociology of Texts*. London, The British Library, 1986.
- MEDEIROS, Nuno, “O objecto dúctil: a emergência de uma sociologia histórica da edição”: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP* 22.2 (2010), pp. 241-261.
- MOLLIER, Jean-Yves, “Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX” in Eliana Freitas DUTRA e Jean-Yves MOLLIER (orgs.). *Política, nação e edição. o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume Editora, vol. 1, 2006, pp. 259-274.
- OMARI, Luan, *A questão do poder na luta antifascista de libertação nacional do povo albanês* [Relatório]. Lisboa, A Causa Operária, 1975.
- PEREIRA, José Pacheco, *As armas de papel: publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural política (1963-1974)*. Lisboa, Temas e Debates, 2013.
- , *O um dividiu-se em dois: origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*. Lisboa, Alêtheia Editores, 2008.
- RIBEIRO, Sérgio (coord.). *Pequeno Dicionário de Economia*. Vol. IV. Lisboa, Prelo, 1976.
- SIMONIN, Anne, *Les éditions de Minuit, 1942-1955. Le devoir d'insoumission*. Paris, I.M.E.C. Éditions, 1994.
- “Textos Marxistas”: *Spartacus – Revista dos Trabalhadores Portugueses* 1.2 (1974).
- VALLOTON, François, “Edition et militantisme: le catalogue de ‘La Cité: Editeur’ (1958-1967)”, in Léonard BURNAND, Damien CARRON e Pierre JEANNERET (orgs.), *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*. Lausanne, Éditions d'en bas, 2007.

(Página deixada propositadamente em branco)